

**COMANDO DA ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS –
CAPM
DIREITO PENAL DO INIMIGO E À LEI DE CRIMES HEDIONDOS**

THE ENEMY'S CRIMINAL LAW AND THE HEDION CRIMES LAW

LACERDA, Erick Enock dos Santos¹
SALLES, Márcio Augusto Rocha²

RESUMO

O presente trabalho traz uma análise do papel das Forças Armadas Brasileiras, durante o regime militar, durante os anos de 1964 a 1984. Tendo por metodologia de pesquisa, descritiva e teórica, além do levantamento bibliográfico sobre o tema. Como forma de levantamento da presente pesquisa, é preciso que se delimite a pergunta norteadora, sendo levantando: A atuação das Forças Armadas durante o regime ditatorial brasileiro foi objetivada como forma de proteção a possíveis invasões?

O objetivo é apresentar a importância das Forças Armadas na defesa do Estado Brasileiro, e quais motivações foram tidas para que houvesse a implementação do regime militar Brasileiro. Como forma de confecção do presente artigo, foi necessária vasta pesquisa bibliográfica, sendo encontrados 12 (doze) artigos tidos como referenciais, os mesmos foram adquiridos através das bases dos sistemas *Lilacs*, *Google* e *Scielo*, sendo em média dos anos de 2006 à 2014. Observou-se que apesar de toda condenação da sociedade e comunidade internacional, contra a atuação das Forças Armadas no Brasil, durante a ditadura militar, a atuação dos mesmos se fez necessária, diante de toda ameaça comunista, a qual a sociedade viva, porém é unânime por todos os autores estudados, que o desrespeito aos direitos humanos, não torna a atuação justificável.

¹ Autor: Érick Enock Dos Santos Lacerda- Aluno do Curso de Formação de Praças do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás – CAPM; erick.enock95@gmail.com

² Orientador: Márcio Augusto Rocha Sales, professor titular do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Polícia Militar de Goiás – CAPM, Cabo da Polícia Militar de Goiás; Bacharel em Direito; Licenciado em Filosofia; Especialista em Direito Administrativo. E-mail:dmarciosales@gmail.com; Cidade Ocidental-GO, 2018

Palavras-Chave: Ditadura. Regime Militar. Forças Armadas.Brasil.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of the role of the Brazilian Armed Forces during the military regime during the years 1964 to 1984. The research methodology was descriptive and theoretical, as well as a bibliographical survey on the subject. As a way of surveying the present research, it is necessary to delineate the guiding question, being raised: The performance of the Armed Forces during the Brazilian dictatorial regime was objectified as a form of protection against possible invasions?

The objective is to present the importance of the Armed Forces in the defense of the Brazilian State, and what motivations were taken for the implementation of the Brazilian military regime. As a way of making this article, it was necessary to have a large bibliographical research, being found 12 (twelve) articles considered as references, they were acquired through the bases of the Lilacs, Google and Scielo systems, being in average from the years 2006 to 2014. It was observed that in spite of all condemnation by society and the international community against the actions of the Armed Forces in Brazil during the dictatorship, its action was necessary in the face of any communist threat to which society lives, but it is unanimous for all the authors studied, that the disrespect for human rights, does not make the action justifiable.

Keywords: Dictatorship. Military regime.Armed forces.Brazil.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo tratar sobre a importância das Forças Armadas no Brasil e a participação dos militares desde a colonização do País, enfatizando a participação dos mesmos na ditadura militar, com o pretexto de proteger o país da ameaça comunista.

A problemática de pesquisa levantada no presente estudo é se a atuação das Forças Armadas durante o regime ditatorial brasileiro foi objetivada como forma de proteção a possíveis invasões?

Como forma de obter o objetivo geral do presente trabalho também se faz necessário a análise das Forças Armadas na defesa nacional do país e de que forma houve o fortalecimento dessas instituições.

No primeiro capítulo o estudo se inicia com um levantamento dos dados históricos das Forças Armadas no Brasil, enfatizando a importância da sua atuação contra futuros invasores, além da defesa nas guerras civis existentes dentro da América Latina.

A seguir no segundo capítulo trata da ameaça do comunismo em todo mundo, e a partir de quais medos e justificativas, foi provocado a ditadura militar, com o Golpe Militar e 1964, e seus efeitos na sociedade.

1.2 REFERENCIAIS TEÓRICOS - EVOLUÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS E A AMEAÇA COMUNISTA NO BRASIL

A importância das Forças Armadas em todo mundo vem desde, as antigas civilizações, onde na Idade Antiga, seja em Roma, Esparta ou Grécia, *polis* grega de sistema político fundado em rigoroso regime militar, esses impérios buscavam através do sistema militar tratar suas tropas de forma a vencerem as batalhas e garantirem a obediência, além do rigor.

No Brasil as Forças Armadas, são compostas pela Marinha, Exército e Aeronáutica, além de também terem ajuda de outras polícias militares.

A História do Brasil traz em meados do reinado do rei [D. Manuel I](#), onde o rei usou as Forças Armadas para expansão de expedições que tiveram a finalidade de proteger o domínio brasileiro, contra investidas de futuros invasores, estando assim constituída as [Capitanias de Pernambuco](#) e na [Capitania de São Vicente](#), vindo essas Forças a garantirem que não houvesse invasão de outros países contra o Brasil, haja vista o interesse de outros países como Inglaterra e França no Pau Brasil, madeira essa muito utilizada pelos grandes monarcas.

Como forma de primeiras atuações desses militares no Brasil, um fator importante na história, foi à expulsão dos franceses da [baía da Guanabara](#), em meados de [1566](#), e de [São Luís do Maranhão](#) em [1615](#).

Também eram utilizadas nessa mesma época, as forças expedicionárias de cunho estritamente militar, sendo composta pela população local, surgindo principalmente em [São Paulo](#), e tendo como objetivo a busca pelas riquezas ou escravização dos [indígenas](#). Havendo conflitos contra as tribos contrárias da época. Fausto elucida:

(...) foi a afirmação do Exército como uma instituição com fisionomia e objetivos próprios. Entre outros pontos, as queixas contra o governo do Império, que vinham de longe, ganharam outra expressão. Afinal de contas, o Exército sustentara a luta na frente de batalha, com seus acertos e erros. Enquanto isso, as elites civis – os “casacas”, como passaram a ser desdenhosamente chamados – haviam ficado a salvo e, em certos casos, enriqueceram com os negócios de fornecimento para a tropa. A Guerra do Paraguai dividiu também duas gerações no interior do Exército, como veremos adiante. Por ora, lembremos apenas que combatentes como Deodoro e Floriano, representando tendências diversas, iriam se tornar figuras centrais da queda do Império e dos primeiros anos da República (FAUSTO, 2012, p. 185).

Como forma de organização dos primeiros passos dados pelo exercito brasileiro, a [Batalha dos Guararapes](#) ocorrida em [1648](#), foi tida como marco principal, composta pelas pessoas locais, sendo ate hoje comemorada como marco pelo Exército Brasileiro. Outra forma de atuação das Forças Armadas Militares foi à atuação conjunta contra os [quilombos](#) brasileiros, que se tratou de refugio dos negros que fugiam dos horrores da escravidão, tendo como marco conhecido a [Guerra dos Palmares](#).

Fato marcante foi com o advento da Independência política do Brasil de 1822, vindo assim a ocasionar o rompimento entre Marinha Real Portuguesa e a Marinha brasileira. Já no ano de 1840 houve uma grande mudança na formação das Forças Armadas, mudanças essas que foram ate o marco da Guerra do Paraguai. De acordo com Fausto:

(...) foi à afirmação do Exército como uma instituição com fisionomia e objetivos próprios. Entre outros pontos, as queixas contra o governo do Império, que vinham de longe, ganharam outra expressão. Afinal de contas, o Exército sustentara a luta na frente de batalha, com seus acertos e erros. Enquanto isso, as elites civis – os “casacas”, como passaram a ser desdenhosamente chamados – haviam ficado a salvo e, em certos casos, enriqueceram com os negócios de fornecimento para a tropa. A Guerra do Paraguai dividiu também duas gerações no interior do Exército, como veremos adiante. Por ora, lembremos apenas que combatentes como Deodoro e Floriano, representando tendências diversas, iriam se tornar figuras centrais da queda do Império e dos primeiros anos da República (FAUSTO, 2012, p. 185).

O ocorrido durante a Guerra do Paraguai, tendo como figuras históricas Tamandaré, de Osório e de Caxias, houve um fortalecimento das Forças Armadas brasileiras, principalmente do exército brasileiro.

1.3 FORÇAS ARMADAS E A DEFESA NACIONAL

O papel das forças armadas no Brasil, é tido de acordo com cada governo vindo assim a atender suas necessidades e demandas, onde no passado houveram maior atuação dos militares e sempre em momento de perigo ou eminente caos sempre estão a disposição para auxiliar na segurança nacional, seja em missões de paz no exterior a exemplo da ajuda que o Brasil deu ao país Timor Leste, ou seja, dentro do próprio país como a atuação da Força Nacional nos estados que necessitam de auxílio na segurança pública.

Mesmo diante de situações pacíficas as quais o Brasil vive, seja em suas relações com outras nações, ou seja, dentro do seu território, alguns especialistas defendem a atuação das forças armadas, em todo o momento, como forma de garantir a soberania nacional. Para o general Luiz Eduardo Rocha Paiva:

As “potências democráticas do Eixo do Poder” desenvolveram poder global e nível de vida e bem-estar das suas sociedades muito elevado e têm como aspiração manter aquele status. Uma ameaça real e concreta para um país emergente e rico em recursos como o nosso. (...) Como exemplo dessa “projeção de poder”, o general Luiz Eduardo Rocha Paiva cita o fato de já existir, no âmbito da Organização das Nações Unidas, a Resolução 1.674, de 2006, cujo objetivo foi resumido na expressão “responsabilidade de proteger”. Com o aval da ONU e sob o amplo guarda-chuva da “proteção de civis em conflitos armados”, tais potências podem implementar intervenção internacional sobre uma nação, evocando qualquer um desses motivos: direitos humanos, questões ambientais, questões sociais e ilícitos - transnacionais. (...) “Essas ‘grandes causas’ não raro estão associadas a interesses econômicos, haja vista que o genocídio em Ruanda não mereceu atenção (já a invasão do Kuwait, por conta do petróleo, mereceu)”, escreveu o almirante, em artigo publicado na revista Interesse Nacional (GUILHERME, 2015, online).

Forma essa que a garantia da Segurança Nacional, trata-se de algo fundamental e primordial para manutenção dos direitos e garantias dentro de uma nação, estando às forças armadas desvinculadas, de partidarismos políticos ou uma forma específica de governo.

Vindo somente a partir da promulgação da Constituição de 1988, terem as Forças

Armadas se desvinculando da política, estando assim voltada para a função constitucional, como preceitua o artigo 142 da Constituição Federal de 1988.

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

§ 1º Lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas (BRASIL, Constituição Federal de 1988).

Dessa forma as Forças Armadas se mantém vinculada ao Presidente da República, porém forma essa que só visa o atendimento ao cumprimento das leis e o que manda o cumprimento das suas funções constitucionais, como a defesa da Pátria, previstas nos artigos 142 e 143, da Constituição Federal de 1988.

O contexto existente no mundo após o final da segunda guerra mundial em 1945, foi de medo e temor pelo comunismo trazido pela União Soviética, que após ajudar na invasão da Alemanha ficou com uma parte do país, ficando dividido em Alemanha Oriental e Alemanha Ocidental. Por um lado o capitalismo crescia bastante, nos Estados Unidos e Europa, e alguns países aderiram em massa aos preceitos do Comunismo, a exemplo de Cuba. Para Saes:

(...) a militarização do aparelho de Estado brasileiro se define objetivamente como a via pela qual se concretiza a passagem de uma situação de equilíbrio instável no seio do bloco dominante e de ausência de hegemonia à hegemonia política do grande capital monopolista (SAES, 1985, p. 157).

Como consequência do crescente comunismo, adveio a guerra fria, entre Estados Unidos e Cuba, onde surgia assim a guerra entre capitalismo e socialismo. Com o crescimento dos ideais socialistas pela Revolução Cubana, apoiada pela União Soviética, cresceu em todo o mundo o temor pelo comunismo, onde através da expansão da Revolução Cubana e os ideais de Che Guevara e Fidel Castro, alguns países foram tomados a força para implementação do comunismo, a exemplo da Bolívia.

De acordo com Patto de Sá (2000, p. 15), os anticomunistas seriam indivíduos e grupos dedicados a lutar contra o comunismo, seja pela palavra ou ação. Como forma de atuar eles mesmos estavam voltados para o uso das forças armadas para imposição do comunismo.

Diante desse contexto histórico, o Brasil assim como a América Latina vivia sob regime autoritário, onde assim com o Brasil, Chile, Argentina e outros países, possuíam

ditadores no poder, tendo toda forma de direitos cerceados, e mantendo sob dura vigilância a imprensa, assim como a população, sob pretexto de não fomentar o comunismo. Para Freud:

Os comunistas acreditavam haver encontrado o caminho para a redenção do mal. O ser humano é inequivocamente bom, bem disposto para com o próximo, mas a instituição da propriedade privada lhe corrompeu a natureza. A posse de bens privados dá poder a um indivíduo, e com isso a tentação de maltratar o próximo: o despossuído deve se rebelar contra o opressor, seu inimigo. Se a propriedade privada for abolida, todos os bens forem tornados comuns e todos os homens puderem desfrutá-las, desaparecerão a malevolência e a inimizade entre os homens, com todas as necessidades estarão satisfeitos, ninguém terá motivo de enxergar no outro um inimigo. E todos se encarregarão espontaneamente do trabalho necessário (FREUD, 2011, p. 79).

O temor americano com a expansão realizada por Fidel Castro em Cuba, iniciada em meados da década de 50, a qual foi crescendo cada vez mais, tornou-se um temor real a qual toda América latina passou. Diante de todos os problemas tidos na América Latina como falta de empregos, regimes ditatoriais, e conhecimento de visitas de Che Guevara a territórios latinos, cresceram principalmente no Brasil, o temor pela invasão Soviética, fomentando cada vez mais a segurança da população nos militares.

Como forma de conter os avanços do grupo de Fidel e meios de minimizar a União Soviética, os EUA apoiaram no Brasil, assim como em toda América Latina, os regimes ditatoriais que fossem contrários ao comunismo.

Dentre algumas abordagens historiográficas que referenciaram a participação e interferência dos EUA e outras instituições na deposição de João Goulart, cabe destacar o trabalho de pesquisadores¹⁸ que publicaram no final da década de 70 e durante os anos de 1980, com ênfase na chamada vertente de ação conspiratória (DELGADO 2015).

O golpe de 1964 não foi um movimento essencialmente antirreformista, mas, sobretudo anticomunista. “Parte dos apoiadores do golpe era favorável a reformas, desde que afastado qualquer perigo de radicalização e fortalecimento de lideranças revolucionárias” (MOTTA, 2004, p. 39).

Dentre as articulações políticas engendradas pelo governo autoritário, com o apoio de autoridades civis, constava um esforço para “cultivar a memória do golpe como intervenção salvadora, em defesa da democracia e da civilização cristã (MOTTA, 2004).

“Em princípio, o golpe militar foi visto como um movimento fadado a ser de curta duração e de alcance limitado” (CARONE, 1982, p. 3).

Porém com o passar do tempo, os militares envolvidos no auto comando, se tornaram autoritários e gostavam de enfatizar a sociedade brasileira, como eram os salvadores da ameaça comunista. Tratando-se assim o golpe militar, como algo preciso e que visava salvar os valores sociais, dando falsamente a ilusão de manutenção da democracia.

Sendo que a ameaça comunista era algo bastante preocupante, para toda comunidade internacional, além da sociedade brasileira.

2. METODOLOGIA DO ESTUDO

Como forma de pesquisa foi feita vasta pesquisa bibliográfica em diversos artigos sobre o tema, para determinar o objeto e o motivo da importância do assunto para toda a sociedade, tendo como sujeitos para abordagem da matéria, a segurança nacional, cidadãos e uso das Forças Armadas no país. Como forma metodológica de pesquisa, o presente artigo trata-se de revisão descritiva e teórica, além do levantamento bibliográfico.

Para determinar quais estudos seriam incluídos nesta pesquisa, os meios adotados para a identificação de questões relevantes, bem como as informações a serem extraídas de cada estudo selecionado, iniciou-se o processo na definição da pergunta norteadora, que é considerada a fase mais importante da revisão.

Como forma metodológica de pesquisa, o presente artigo trata-se de revisão descritiva e teórica, além do levantamento bibliográfico.

Dessa forma, seguiram-se as fases para a elaboração de revisão descritiva da literatura, onde foi iniciada a primeira etapa do processo com a definição e seleção da justificativa para a definição do tema. Para a obtenção dos artigos, foi realizado um levantamento em bancos de dados adquiridos através das bases dos sistemas *Lilacs*, *Google* e *SciELO*, além de lista de referências dos artigos identificados.

3. RESULTADOS E DISCURSSÃO

Quando foi dada a intervenção militar, sendo intitulado golpe militar de 1964 houve a do acesso da democracia pela sociedade brasileira, vindo assim a ser tido como período a qual os direitos dos trabalhadores, assim como direitos fundamentais e sociais, poderiam estarem suspensos, casos julgasse interesse da soberania.

O governo Castelo Branco, foi o primeiro governo dos militares, sendo entre os anos de 1964 a 1967, era um governo que utilizava o uso das Forças Armadas de forma moderada, utilizando assim os meios políticos ao invés de violência, havendo cassação de direitos políticos, mandatos etc. Nessa mesma época houve a cassação do reconhecimento da UNE (União Nacional dos Estudantes), também ocasionando invasão as universidades.

Já no governo Costa e Silva que foi tido nos anos de 1967 a 1969, foi tido como um governo linha dura, onde através do marechal Arthur Costa e Silva, houveram cassação dos direitos dos parlamentares, fechamento do congresso nacional. Também foi nessa fase que começou os primeiros movimentos contrários a ditadura.

O seguinte governo foi o Médici entre 1969 a 1974, a qual o General Médici governou o país, foi tido como um dos governos ditatoriais mais violentos do período da ditadura militar no Brasil, havendo muitos relatos de torturas, assassinatos. Foi nesse período que os revolucionas e contrários a ditadura militar no Brasil, tiveram maior influência da revolução cubana e do modelo socialista.

Em seguida veio o governo Geisel entre os anos de 1974 a 1979, ocorrendo nesse período uma crise no setor petroleiro nacional, devido ao aumento do petróleo. Ocasionalmente também a abertura política. Por último veio o governo Figueiredo nos anos de 1979 a 1985, onde houveram aumento da abertura política, crescimento dos movimentos contrários a ditadura militar e favoráveis a democracia, com o fortalecimento das greves sindicais e assim criação da Constituição Federal de 1984.

Apesar de desencadeada em 1964 a ditadura militar no Brasil, somente a partir da década de 70 que começaram a surgirem a necessidade de maior preservação dos direitos humanos, diante da violência e crescente número de óbitos advindos da censura militar.

De acordo com Pinheiro e Neto (1997, p. 121) “Nos anos 60 e 70 a violência arbitrária do Estado e o desrespeito às garantias fundamentais fez com que indivíduos e grupos se voltassem contra o regime autoritário em nome da defesa dos direitos humanos”. Sobre os efeitos em toda sociedade, Heller elucida:

Foi um golpe de classe contra os trabalhadores, e já em abril de 1964 houve intervenção em centenas de sindicatos e a prisão de seus dirigentes. Uma exigência das multinacionais, do capital estrangeiro e dos seus aliados aqui dentro, que queriam a todo custo reduzir o ímpeto das reivindicações operárias. Mataram, prenderam e torturaram centenas de líderes sindicais. Acabaram com a estabilidade no emprego, substituindo-a pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e começaram a arrochar os salários. Os que protestavam eram presos ou desapareciam (HELLER, 1988, p. 158).

Em seus estudos Fausto trata sobre a ditadura como ato que criou também as bases para a instalação dos Inquéritos Policiais Militares (IPMS), a que ficaram Sujeitos os responsáveis pela prática contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou por atos de guerra revolucionária (FAUSTO, 2003).

Surgindo assim os primeiros movimentos sociais no país, para fiscalizar os direitos humanos, denunciando a tortura e morte pelos militares, aos quais perseguiram os dissidentes e presos políticos, além de fiscalizarem as prisões brasileiras. Adorno destaca sobre o tema:

“[...] temas de direitos humanos suscitavam reações depreciativas frequentemente associadas pela opinião pública, à defesa dos direitos de bandidos, à utopia de militantes que imaginavam uma sociedade despida de violência ou ainda à sede de vingança por parte de quem havia sido perseguido durante a ditadura militar” (FAUSTO, 2003, p. 660).

No período ditatorial, diversos direitos fundamentais do cidadão brasileiro foram violadora, indo desde a violação do direito a liberdade de expressão, ate a liberdade ir e vir, além de diversas prisões que não condiziam com o princípio da dignidade da pessoa humana, os direitos fundamentais, direitos humanos. Sobre a violência estatal nessa época, Pinheiro e Neto destacam:

Nos anos 60 e 70 a violência arbitrária do Estado e o desrespeito às garantias fundamentais fez com que indivíduos e grupos se voltassem contra o regime autoritário em nome da defesa dos direitos humanos. As primeiras comissões de direitos humanos foram instituídas a partir da década de 70 e chamaram a atenção para a tortura e os assassinatos de dissidentes e presos políticos revelando as condições gritantes das prisões brasileiras. Nos anos 80 e 90, entretanto, o aumento da criminalidade e da insegurança, agora sob o regime democrático levou indivíduos e coletividades a se voltarem contra a defesa dos direitos humanos, os quais alegavam que tais direitos serviam mais aos criminosos e aos delinquentes do que às vítimas (PINHEIRO, 1997, p. 121).

Além de vários direitos cerceados, o que mais ocasionou um marco e um atraso seja na educação ou na informação durante esse período, foi o cerceamento da liberdade de expressão, onde diversos artistas e estudiosos tiveram que pedir asilo político em outros

países, fugindo assim da ditadura militar e repressão, movimento esse que se tornou mais duro em meados da década de 70.

Advindo daí as inúmeras denúncias em cortes internacionais, sobre as violações existentes no Brasil, durante esse período, além do desaparecimento de diversos presos políticos, e mortes com ocultações de cadáveres. Para Adorno:

A constituição desses movimentos foi, como se sabe, seguida de uma torrente infindável de denúncias de toda sorte, sobretudo contra a violência nas prisões, a par de outras práticas tais como visitas periódicas às instituições de contenção e repressão ao crime, intervenções constantes na imprensa e na mídia eletrônica, organização de inúmeros fóruns de debates dos mais distintos tipos - técnicos, profissionais, acadêmicos -, reunindo especialistas, pesquisadores, profissionais, formadores de opinião e público leigo em geral (ADORNO, 2010, p. 21).

Diante de todo esse contexto, existente pós década de 70, e com o advento da Constituição Federal de 1988, a carta magna trouxe garantias para esses direitos fundamentais, tão duramente desrespeitados durante o regime ditatorial, tornando-se assim conhecida como uma Constituição Cidadã, na qual preserva os direitos dos seus cidadãos além de obedecer e adotar o que manda a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

4. CONCLUSÃO

O presente trabalho tratou sobre as Forças Armadas no Brasil, e como os militares desde a origem do país tem sido peça fundamental, na manutenção da segurança pública, e proteção contra possíveis ameaças. Apesar de no início da colonização brasileira as primeiras referências das forças armadas estarem atreladas a coroa portuguesa, percebe-se pela presente pesquisa, que após o advento de algumas guerras civis, como a Guerra do Paraguai e as Farroupilhas, houveram no decorrer dos anos o fortalecimento das instituições militares brasileiras.

Como resposta a pergunta do presente trabalho, sobre a atuação das Forças Armadas durante o regime ditatorial brasileiro se foi justificável devido ao risco de possíveis ameaças comunista, tornou se claro por todos os estudiosos sobre o tema, que até é entendido as motivações e o medo do Socialismo durante esse período entre 1964 a 1985, porém os

horrores e desrespeitos aos cidadãos e total violação dos direitos humanos, é algo abominável por toda sociedade, o que ocasionou bastante mortes e diversos traumas a diversas pessoas.

Mesmo diante de tantos anos findados o regime ditatorial, os efeitos negativos dessa época ainda insurgem nos tempos atuais, vindo assim a ocasionar, temor por uma parte da população diante, da possível menção a um novo regime ditatorial.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. **Insegurança versus direitos humanos: entre a lei.** *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, V.11, N.2, p. 129 – 153, 1999.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.**

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

Acesso em: 01 de março de 2018.

BUENO, Guilherme. **Principais Ameaças à Segurança Nacional do Brasil.** 2015.

Disponível em <<<https://relacoesinternacionais.com.br/agenda-de-seguranca-nacional-principais-temas/>>>

Acesso em: 01 de março de 2018.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas.** *Grafia*, [S.l.], v. 9, may 2015.

Disponível em: <http://revistas.fuac.edu.co/index.php/grafia/article/view/343>

Acesso em: 01 de março de 2018.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14. ed. atual e ampl.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 185.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização.** Tradução: Paulo César de Souza. 1 ed. São Paulo: PenguinClassics Companhia das Letras, 2011, p. 79.

HELLER, M. I. **Resistência democrática: a repressão no Paraná.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 1988.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004).** Bauru: Edusc, 2004, p. 39.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; MESQUITA NETO, Paulo de. **Programa Nacional de Direitos Humanos: avaliação do primeiro ano e perspectivas.** *Estudos Avançados*, n. 11 (30),

1997, p. 117-134. Neto (1997, p. 121).

SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Constituição e proporcionalidade: o Direito Penal e os Direitos Fundamentais entre proibição de excesso e de insuficiência**. Mundo Jurídico, Publicado em 12 set. 2005.

Disponível em: http://www.mundojuridico.adv.br/sis_artigos/artigos.asp?codigo=53

Acesso em: 01 de março de 2018.

SANCHEZ, Jesús Maria Silva. **A expansão do direito aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais**. Trad. Luiz Otávio de Oliveira Rocha. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. (Série As Ciências Criminais no Século XXI – v. 11).

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 32 ed. revista atualizada. São Paulo/SP: Malheiros Editores, 2009.